
A seguir, publicamos três resenhas do livro O colapso da modernização, de Robert Kurz (tradução de Karen Elsabe Barbosa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992). O livro foi objeto de um debate realizado no Cebrap em 12 de março de 1993, ao qual estiveram presentes os autores das resenhas. (N.R.)

**"COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO"
OU CRISE CÍCLICA?**

Luiz Carlos Bresser Pereira

Robert Kurz, em seu livro *O colapso da modernização*, confunde mais uma crise cíclica do capita-

lismo com o colapso final da "modernidade". Kurz não percebe que desta vez a desaceleração cíclica iniciada nos anos 70 nas economias centrais tem sua origem em uma grave crise do Estado, ao invés de na insuficiência de demanda como aconteceu nos anos 30, mas que se trata sempre de uma crise transitória, e anuncia grandes e graves notícias. O

colapso do capitalismo já está acontecendo. A crise final do sistema soviético foi apenas uma manifestação particular dessa crise mais geral, que levará o mundo a uma "era de trevas". Não há razão, porém, para desesperar. A possibilidade da *emancipação humana*, que Marx almejava, não desapareceu, nem permanece longínqua. Pelo contrário, ela está ao nosso alcance. Através da "razão sensível", que se oporia à razão iluminista, a humanidade superará a "sociedade do trabalho", baseada na mais-valia, na exploração do trabalho tornado abstrato, a mercadoria, e na sua abstração maior, o dinheiro. E dessa forma a utopia comunista de uma sociedade sem mercadorias, sem capital nem Estado, realizar-se-á.

Kurz é claríssimo quanto à sua previsão da crise iminente do capitalismo: "É muito provável que o mundo burguês do dinheiro total e da mercadoria moderna, cuja lógica constitui, com dinâmica crescente, a chamada Era Moderna, entrará, já antes de terminar o século XX numa *era de trevas*, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo [...]" (p. 222). Mas esta crise anuncia a emancipação humana. Ao pessimismo catastrofista, que sempre atraiu um certo tipo de pensamento de esquerda, segue-se a crença na utopia em vias de realização, que é outra base desse mesmo pensamento. A razão iluminista chegou ao fim porque o sistema produtor de mercadorias no qual se apóia esgotou-se, depois de provocar estragos insuportáveis. A razão sensível emergirá dessa crise. Teremos, portanto, uma revolução de consciências, que sempre atraiu o pensamento conservador, mas que aqui é estranhamente retomada por um marxista que pretende resgatar o marxismo de sua crise atual: "Trata-se de uma revolução de fato, mas não daquele tipo no qual uma classe dentro da forma mercadoria (e constituída por essa) tivesse que derrotar outra 'classe'; como sujeito antípoda [...]. Mas para essa revolução, por sua vez, teria primeiro que se formar um movimento de supressão, como força social, e isto somente é possível por meio da consciência" (p. 233).

O caminho prático para a sociedade liberada, sem mercadoria nem dinheiro, é desconhecido. "Ninguém pode afirmar que conhece o caminho cardeal para sair da miséria; ninguém pode tirar da cartola um programa de supressão da mercadoria moderna" (p. 224). Mas isto não significa que estejamos diante de uma utopia irrealizável. Para Kurz um comunismo, ainda que na sua forma

negativa — um "comunismo das coisas" —, já estaria presente na sociedade contemporânea: "a humanidade tem que enfrentar o fato de que, por trás de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma *comunista* no nível substancial-material e 'técnico'" (p. 228).

Abri esta resenha do livro de Robert Kurz com todas essas citações porque elas o definem. Trata-se de uma ambiciosa tentativa de compreender o mundo atual a partir de uma revisão do marxismo. Ambiciosa, mas equivocada. Equivocada na sua forma de avaliar a crise do capitalismo mundial. Equivocada na sua forma de definir a formação social estatista soviética que entrou em colapso. Equivocada na interpretação do pensamento de Marx. Equivocada, mas atrativa para a esquerda, que continua perplexa diante do fracasso definitivo do "socialismo real". Atrativa porque anuncia o fim do capitalismo. Atrativa porque promete mais do que o socialismo: o próprio comunismo. Atrativa porque Kurz descreve com força e muitas vezes com razão as crises mais graves das sociedades pós-comunistas do Leste Europeu e a crise do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina. Para brasileiros principalmente, que vivem uma crise sem precedentes, e vêem seu país ameaçado de uma decadência a longo prazo, a crítica ambiciosa e geral de Kurz é obviamente tentadora. Inclusive porque Kurz desenvolve sua análise de forma inteligente, porque demonstra conhecer Marx, porque é capaz de interpretar com coragem e agudeza certos aspectos da crise atual do capitalismo, particularmente do capitalismo periférico e malsucedido em que vivemos.

Nesta resenha procurarei demonstrar, de maneira muito sucinta, os três equívocos de Kurz: em relação à crise do capitalismo, à crise do estatismo, e às bases teóricas em que se apóia.

1. A crise do capitalismo

Robert Kurz tem razão quando afirma a crise do capitalismo a partir dos anos 70. Este fato é raramente admitido entre os economistas conservadores, mas é indiscutível. As taxas de crescimento dos países capitalistas centrais, a partir de 1970, reduziram-se para a metade do que eram nas duas décadas do pós-guerra. O "triunfo" do capitalismo em 1989, com a derro-

cada do estatismo, é portanto muito relativo. Na verdade, não houve triunfo algum. O capitalismo não derrotou o estatismo, este se autodestruíu. O capitalismo, que se sentia triunfante em 1990, hoje enfrenta com amargura sua própria crise. Esse capitalismo não apenas se revelou incapaz de resolver o problema econômico e político da grande maioria da humanidade, que continua imersa no subdesenvolvimento e nas mais diversas formas de autoritarismo. Na verdade, não foi ainda capaz de sequer de resolver os problemas dos próprios países desenvolvidos. Nestes a pobreza absoluta está presente para cerca de um quinto de sua população. A injustiça, a desigualdade, a insegurança individual e coletiva, o desemprego, a corrupção continuam a imperar. Não há dúvida que nesses países os avanços econômicos e políticos foram enormes, mas não caracterizam qualquer triunfo, tantos são os problemas não resolvidos.

Neste quadro, a desaceleração do crescimento e os altos níveis de desemprego dos últimos vinte anos indicam uma crise. Mas que tipo de crise? Uma crise final do sistema produtor de mercadorias, como pretende Kurz? Não há nenhuma razão objetiva para afirmar tal fato. Kurz não apresenta qualquer evidência em seu livro. Limita-se a repetir à exaustão, de forma retórica, que já teve início a crise final do próprio sistema capitalista.

Kurz, naturalmente, tem uma teoria para explicar o colapso. O capitalismo será derrotado por uma guerra civil em nível mundial promovida pelas massas excluídas dos benefícios do progresso tecnológico. Não apenas as massas excluídas do Terceiro Mundo e do ex-países estatistas, mas as crescentes minorias de excluídos internas aos próprios países desenvolvidos, levarão a modernidade ao colapso. O mundo está dividido em regiões vencedoras (a OECD e os tigres asiáticos) e regiões perdedoras (o resto do mundo). Bolsões de miséria se formarão em toda parte, na medida em que o desenvolvimento tecnológico desemprega e marginaliza frações crescentes da sociedade. Dentro das regiões vencedoras, apenas o Japão e a Alemanha são realmente vencedores. Mas em breve só haverá perdedores: "Ameaçado por parte de todas as regiões de perdedores, inundado de fugitivos e clandestinos, e ao mesmo tempo sobrecarregado por uma minoria crescente de pobres próprios, o Ocidente já não pode manter a frágil normalidade em sua superfície".

Esta "teoria do colapso" é obviamente inaceitável. Só haverá colapso do sistema capitalista quando

sua produtividade deixar de crescer e começar a cair. A estagnação prevista por Ricardo, com base na lei dos rendimentos decrescentes na agricultura, e a prevista por Marx, com base na adoção de um progresso técnico cada vez mais dispendioso de capital (elevação da composição orgânica do capital), estavam baseadas na previsão da queda geral da produtividade no sistema capitalista. Em Ricardo esta queda da produtividade ocorria a partir dos rendimentos decrescentes da terra; em Marx, a partir da elevação da composição orgânica do capital, que, na verdade, significava ou implicava a redução da produtividade do capital ou a queda da relação produto-capital devido à crescente adoção de técnicas dispendiosas de capital. Estas duas teorias — ambas, insisto, baseadas na previsão da queda da produtividade — foram amplamente rejeitadas pela evidência histórica. No caso da tendência declinante da taxa de lucro de Marx, as contratendências que ele próprio previa revelaram-se mais fortes do que a tendência. Em todos os países desenvolvidos e na maioria dos subdesenvolvidos, a produtividade continua a crescer. As taxas de crescimento da renda e da produtividade baixaram em relação aos anos 50 e 60, mas continuam amplamente positivas. O *quadro 1*, mostrando o aumento da produtividade nos países desenvolvidos a partir de 1979, não autoriza nenhuma previsão de "colapso da modernidade".

Quadro 1: Aumento da Produtividade e Taxa de Acumulação em Países Desenvolvidos

Países	Produtividade (% cresc.)	Taxa de Acumulação (% s/ PIB)
Japão	2,0	30,0
França	1,7	21,0
Reino Unido	1,6	17,0
Bélgica	1,4	17,4
Suécia	0,9	18,4
Holanda	0,9	19,6
Alemanha	0,8	20,8
Áustria	0,8	24,6
Europa	1,2	19,8
Estados Unidos	0,3	18,5

Fonte: OECD (*Economic Outlook*) e Nações Unidas (*National Accounts Statistics*).

Kurz não nega o crescimento da produtividade. Admite-o explicitamente em alguns trechos. Mas imagina que esse aumento é de tal forma poupador de mão-de-obra, que causará desemprego e marginalização crescente. Ora, esse tipo de análise, repetido há séculos por muita gente, nunca encontrou guarida em nenhum economista respeitável. Os economistas podem discutir entre si, mas, para construir uma ciência, foram obrigados a concordar sobre algumas idéias básicas. Uma delas é que não pode haver crise geral e final (colapso) do sistema por excesso de aumento da produtividade. Este aumento pode causar desemprego temporário, devido às mudanças profundas que causa sobre o tipo de qualificação dos trabalhadores. Estamos assistindo hoje a este problema no Primeiro Mundo de forma muito clara. Nestes termos, pode causar uma grave crise cíclica. Mas qualquer economista com um mínimo de formação sabe que a lei de Say é, em última análise, correta. Que a oferta cria a sua própria procura. Que produção significa renda, e que esta, na forma de lucros e salários, tem que ser gasta em investimento e consumo.

Keynes realizou a sua revolução teórica a partir da crítica dessa lei. Mas Keynes e qualquer pós-keynesiano razoavelmente bem formado sabe que sua crítica pretendia apenas mostrar como a lei de Say (ou lei dos mercados) não funciona *perfeitamente* a partir do livre funcionamento do mercado. Funciona, mas funciona mal. Keynes não pretendia, como Kurz implicitamente supõe, que a lei fosse essencialmente errada. Ela só era errada quando servia de base para um livre-mercadismo radical — hoje para o neoliberalismo — que não passa de uma ideologia conservadora também sem base na realidade. A partir do funcionamento imperfeito da lei de Say é possível, como fez Keynes, explicar uma crise cíclica do capitalismo, é possível — não obstante a firme e militante discordância dos economistas conservadores — demonstrar as ineficiências do sistema quando deixado exclusivamente para ser controlado pelo mercado, mas não é possível inferir, como faz dramaticamente Kurz, o desemprego generalizado e crescente em todo o mundo, a formação de bolsões de miséria, e afinal o colapso de todo o sistema, enquanto a produtividade continua a crescer aceleradamente. Isto é, no mínimo, má teoria econômica.

Na verdade, a crise do capitalismo é uma crise cíclica. Além dos ciclos normais, o capitalismo está

sujeito aos ciclos de Kondratieff ou ondas longas. Desde aproximadamente 1970 o capitalismo entrou na fase b, recessiva, de uma onda longa de Kondratieff. Como cada fase dura aproximadamente 25 anos, é de se esperar que ainda nesta década ocorra a reversão do ciclo.

As reversões das ondas longas têm por trás de si sempre razões tecnológicas. Mas têm também razões institucionais. A presente crise está, de um lado, relacionada com o esgotamento das relações de trabalho fordistas ou tayloristas, baseadas no controle rígido, mecânico, do trabalho. De outro, entretanto, está relacionada com a crise do Estado, que também tende a se desenvolver ciclicamente. Estado e mercado se complementam e se alternam na coordenação das economias capitalistas. Em certos momentos o Estado cresce em relação ao mercado, ocorre um processo de "estatização relativa". Este processo de crescente intervenção do Estado, entretanto, que inicialmente é extremamente exitoso em suprir as falhas do mercado, depois de algum tempo começa a sofrer distorções. Um processo de privatização do Estado começa a ocorrer. Clientes do Estado (capitalistas, sempre; trabalhadores, eventualmente), seus funcionários (os tecnoburocratas públicos) e dirigentes (os políticos) logo desenvolvem interesses especiais em detrimento do interesse coletivo. O resultado é a tendência à crise fiscal e a inefetividade das formas de intervenção. Chega então o momento do mercado, da reforma do Estado, da privatização, da liberalização comercial, da desregulação. É o momento em que vivemos. Mas, como todo processo cíclico, este também se esgotará. Ao que tudo indica, isto já está começando a acontecer. Surgirá, então, a oportunidade de surgimento de novas formas de intervenção do Estado, de um novo crescimento do Estado.

Kurz compreende o caráter cíclico ou pendular do crescimento do Estado. Em vários momentos ele faz menção ao "movimento ondulatório" da modernização burguesa, no qual "constantemente se revezam e penetram elementos estatistas e elementos monetaristas" (p. 43). Ele está correto, também, quando afirma que o Estado é "o elemento contraditório imanente do sistema produtor de mercadorias [...] o recipiente institucional da riqueza abstrata" (p. 74). Mas não percebe que, além disso, ou por isso, o Estado é um mecanismo regulador da economia tão importante quanto o mercado, e portanto autônomo em relação ao mercado. No mercado

preside a concorrência, no Estado, a cooperação e a dominação. Ora, sabemos que concorrência, cooperação e dominação são aspectos essenciais da regulação de qualquer formação social. Na verdade, no sistema capitalista, o Estado capitalista do contratualismo hobbesiano precede o mercado capitalista do individualismo smithiano. Não faz sentido, portanto, subordinar o Estado ao sistema produtor de mercadorias, quando ele é um dos seus formadores.

Muito menos sentido faz afirmar que a crise atual do capitalismo é uma crise final. Em vários momentos Kurz adverte que o Estado nada poderá fazer contra a crise. Ao fazer essa advertência ele no fundo percebe que daí virá a superação da atual crise. Um Estado reformado, saneado financeiramente, que haja superado, portanto, a crise fiscal, terá a possibilidade de novamente intervir com efetividade e moderação sobre o mercado e voltar a acelerar o processo de crescimento capitalista.

2. A crise do estatismo

Kurz chega à conclusão de que a modernidade caminha celeremente para o colapso a partir do colapso do estatismo do tipo soviético. Mas o que tem a ver um colapso que já é fato histórico com outro que é produto apenas de suas próprias elucubrações e de sua retórica autoconfirmatória? Kurz tem uma resposta muito clara e simples para isto: o estatismo ou "socialismo real" é apenas uma forma de capitalismo e uma estratégia de industrialização de regiões atrasadas. O estatismo "revela-se como regime modernizador de sociedades burguesas atrasadas [...] o estatismo mercantilista do capitalismo primitivo tinha que assumir o papel ilusório de sujeito absoluto da sociedade e de sua economia. Num nível elevado, isto repetiu-se nas pretensões do estatismo do socialismo real de nosso século quase findado" (pp. 31-2).

Com esta afirmação, Kurz, corretamente, identifica o estatismo soviético a uma estratégia de industrialização. Menos corretamente, identifica essa estratégia com o processo de acumulação primitiva do capitalismo. E de forma equivocada, volta às velhas teorias que pretendem definir o regime soviético como um capitalismo de Estado e identificar a burocracia estatal como a burguesia.

O estatismo foi sem dúvida uma estratégia de industrialização. Foi a tentativa, por parte de uma classe em emergência — a burocracia ou tecnoburocracia — de eliminar a burguesia e assumir o comando da economia e da sociedade. Para se legitimar no poder, entretanto, esta nova classe percebeu que deveria industrializar o país. Deveria promover o desenvolvimento econômico e a contínua elevação do padrão de vida da população. Além disso, e a partir de suas origens na esquerda, atribuiu-se o papel de promover a "revolução socialista". Mas, enquanto o socialismo afinal revelou-se uma mera retórica do estatismo burocrático, sem base na realidade, o industrialismo estava solidamente fundado. Era uma condição real da afirmação do sistema.

Em uma primeira fase, enquanto a prioridade era a acumulação de excedentes reprodutíveis (não de "capital", no sentido marxista do termo, já que não havia a propriedade privada dos meios de produção), o sistema autoritário e centralizado do estatismo revelou-se efetivo. Mas quando, em uma segunda fase, tornou-se essencial obter eficiência da alocação dos recursos, esse mesmo sistema centralizado, estatal, mostrou-se muito inferior à regulação mista, com base no mercado e no Estado, dos países capitalistas. Seu colapso decorreu diretamente daí.

Ao contrário do que afirma Kurz, o estatismo não perdeu a concorrência para o capitalismo por ter sido capitalista, mas por ter sido estatista. Sua ineficiência, verificada de forma cabal, deveu-se a ter pretendido substituir de forma radical a coordenação da economia através do mercado pela coordenação estatal. A combinação das duas formas de coordenação é inerente às formações capitalistas concretas. Mas nelas o modo de produção capitalista é dominante, enquanto o modo de produção estatal é subsidiário. O caso do estatismo soviético é inteiramente diferente. A tecnoburocracia assumiu o caráter de única classe dominante e pretendeu coordenar a economia exclusivamente via administração estatal. Ao adotar essa estratégia, fundou um novo modo de produção, o qual, entretanto, revelou-se ineficiente, amplamente inferior ao capitalismo tecnoburocrático, orientado para o mercado, vigente no resto do mundo.

A redução do estatismo ao capitalismo é um erro que vem sendo repetido há muito. Para chegar a essa conclusão, entretanto, é preciso esvaziar o capitalismo e a classe burguesa de praticamente

tudo conteúdo histórico. É preciso tornar o capitalismo um modo de produção tão abstrato, e a burguesia, uma classe tão geral, que perdem qualquer valor heurístico. Como é possível falar em capitalismo na União Soviética e nos seus países satélites, se lá não havia nem capital nem capitalistas, nem mercado nem mercadorias, nem proletários nem salário, nem preços que correspondessem a valores nem o objetivo lucro? É claro que Kurz afirma ou supõe que tudo isto existia naquelas formações sociais, mas para isto teve que fazer uma violência reducionista contra o pensamento de Marx.

3. Reduccionismo contra Marx

Esta violência reducionista foi simples. Kurz supõe implicitamente que, na história, houve até hoje dois modos de produção: o modo de produção não produtor de mercadorias ou as economias não monetárias e o modo produtor de mercadorias, ou sociedade do trabalho, ou monetarismo, ou modernidade, ou capitalismo. A característica fundamental deste segundo modo de produção é a existência de um "homem abstrato de trabalho" (p. 22). No modo de produção pré-capitalista o trabalho podia ocupar todo o tempo do homem devido ao subdesenvolvimento das forças produtivas. Era uma necessidade. "No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão da 'primeira natureza', passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma da reprodução social da mercadoria torna-se uma 'segunda natureza', cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da 'primeira natureza', apesar de sua origem puramente social" (p. 25).

Com esse corte abstrato, rigorosamente a-histórico, o capitalismo torna-se suficientemente abrangente para englobar o estatismo. Este se transforma em uma fase, constituindo-se em parte integrante do sistema produtor de mercadorias burgueses. Na verdade, uma fase "protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas" (p. 31), na qual, de forma semelhante ao mercantilismo, o Estado tinha a pretensão de se tornar o sujeito absoluto da sociedade e de sua economia.

Não importa que nesse "capitalismo" ou nesse "sistema produtor de mercadorias" não haja capitalistas mas burocratas, ou seja, que não haja proprietários privados de meios de produção mas proprietários coletivos do Estado; que não haja capital mas organização, ou seja, que não haja a propriedade privada dos meios de produção mas a propriedade coletiva via Estado; que não haja mercadorias mas bens econômicos, ou seja, que os bens não sejam produzidos em função do seu valor de troca, mas em função de planos de produção; que não haja preços correspondentes aos valores de troca, mas "preços" politicamente definidos; que não haja o conceito de mais-valia enquanto ganho privado do capitalista derivado de uma troca de equivalentes, mas apenas o conceito de excedente reinvestível; que não haja concorrência mas comando ou planejamento; que não haja salário, enquanto remuneração da força de trabalho de acordo com seu valor de troca, mas "salários" politicamente definidos e ordenados estabelecidos em função, adicionalmente, da posição hierárquica do burocrata.

Nada disso importa porque, através dessa violência generalizadora e reducionista, Kurz rompe diretamente com o método histórico, que foi o mais importante legado de Marx. Para Marx o capitalismo é um modo de produção historicamente definido. Todo modo de produção é sem dúvida um modelo, uma abstração, mas com um conteúdo histórico definido. As formações sociais, a maneira concreta através da qual as sociedades aparecem na história, são sempre mistas, englobam dois ou mais modos de produção. Quando Marx escrevia, o capitalismo acabara de se tornar o modo de produção dominante na Europa, mas ainda havia restos importantes do feudalismo. No nosso tempo, o capitalismo continua o modo de produção dominante, mas estão presentes traços importantes do estatismo e do socialismo. O estatismo foi o modo de produção que na União Soviética tornou-se absolutamente dominante, e, inicialmente, logrou promover o desenvolvimento econômico, mas que, em seguida, fracassou em alocar eficientemente os recursos produtivos. O socialismo é um modo de produção que ainda não teve realização concreta na história, porque, mais do que um modo de produção baseada na propriedade coletiva dos meios de produção por toda a sociedade, é uma utopia.

Conclusão

O que fracassou na União Soviética e no Leste Europeu foi o estatismo, não o socialismo nem o capitalismo. O socialismo, enquanto sociedade democrática e sem classes, continua uma utopia. Uma possibilidade longínqua mas concreta, desde que o crescimento da produtividade continue a ocorrer e a importância estratégica do trabalho qualificado e do desenvolvimento tecnológico continue a aumentar em relação à importância do capital, do trabalho morto.

O socialismo não virá de uma mudança de consciências, mas da mudança das relações objetivas de produção. O mundo capitalista desenvolvido já é uma social-democracia. Já existem elementos socialistas no capitalismo tecnoburocrático contemporâneo, da mesma forma que existem elementos estatais ou burocráticos. Na medida em que a relação de forças entre os homens se equilibre no plano político (democracia, igualdade de oportunidades em relação ao poder) e no plano tecnológico (igualdade de oportunidades em relação à educação), esse capitalismo social-democrático e tecnoburocrático poderá se transformar em uma formação social predominantemente socialista. Os traços capitalistas e os estatais continuarão a existir. A utopia perfeita jamais se concretizará, mas nada impede que as formações sociais do futuro sejam socialistas, ou, mais precisamente, predominantemente socialistas.

O socialismo assim pensado não derivará de uma revolução burocrática, como afinal foi a revolução de 1917, nem de uma imposição imperialista, como foi sua imposição ao Leste Europeu, muito menos de uma revolta das massas oprimidas dos povos perdedores, como pretende Kurz. Não derivará, também, de uma mudança de consciências, mas do contínuo desenvolvimento das forças produtivas e de sua efetiva democratização.

O capitalismo não entrou em colapso, mas apenas em uma crise cíclica. Não houve o colapso da modernidade porque, ao contrário do que se pretendeu com o estatismo soviético, o capitalismo contemporâneo jamais foi mantido em sua forma "pura". Nessa forma ele só existe no discurso neoliberal. O capitalismo contemporâneo, que está em crise, mas que continua a revelar um extraordinário dinamismo, é um capitalismo misto. Suas características puramente capitalistas — burguesia, capital, mercadoria, preço, lucro — são dominantes, mas as características estatais estão fortemente presentes — burocracia, organização, planejamento — e as características socialistas — democracia, igualdade de oportunidade — começam a se fazer presentes. No momento o capitalismo orientado para o mercado e burocrático dos nossos dias atravessa uma crise, que é fundamentalmente uma crise do Estado. Este cresceu demais, sofreu distorções, tornou-se vítima dos interesses de grupos, e em consequência enfrenta uma crise fiscal e uma crise do modo de intervenção. Esta crise varia de intensidade de país para país, mas está presente em todos. É uma crise cíclica, parte de mais um ciclo longo de Kondratieff que está chegando ao fim. Dentro de alguns anos, um capitalismo renovado, mais burocrático e mais socialista (duas coisas, aliás, muito diferentes), mas ainda predominantemente capitalista, estará novamente dando mostras de seu dinamismo transformador, impiedoso, orientado para o conflito, coordenado pelo mercado, mas regulado pelo Estado, e parcialmente controlado por uma sociedade que, apesar do materialismo e do individualismo capitalistas, valoriza o solidarismo, e aspira a um mundo mais igual, a um mundo talvez mais justo.

Luiz Carlos Bresser Pereira é professor titular de economia da Fundação Getúlio Vargas. Já publicou nesta revista "Integração latino-americana ou americana?" (Nº 31).

AS DIABRURAS METAFÍSICAS DE ROBERT KURZ

José Arthur Giannotti

O livro de Robert Kurz, *O colapso da modernização*, apresenta semelhanças com o livro de Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*.

Ambos traçam um vastíssimo panorama da história da humanidade; ambos mostram uma arrogância desconcertante, embora neste plano o livro de Kurz bata de longe aquele de seu adversário. Se este último pretende aplicar um esquema já feito, a escatologia hegeliana, aquele imagina ter tido acesso ao único ponto de vista a partir do qual o sentido do capitalismo moderno se revela. Evidentemente, empoleirado no

ápice do conhecimento, Kurz tem o direito de derramar sua bile contra todos aqueles que não pensam como ele. Ambos, finalmente, vislumbram o destino dos povos da terra, conforme vão sendo tragados pelo desenvolvimento hesitante mas linear das ciências. E se um deles faz a apologia estusista do capitalismo e do mercado e outro os condena à morte próxima, ambos possuem a mesma concepção abstrata da história, apenas com sinal trocado. Longe de mim pretender condenar aos infernos as visões panorâmicas, mas penso que um escritor não deve espelhar-se na grandeza de seu objeto.

Obviamente só poderei comentar o livro de Kurz a partir da mediocridade de meu ponto de vista acadêmico e das limitações de minha filosofia municipal. E se me meto no debate que o livro está gerando é porque me parece um belo sintoma do provincianismo de nossa vida intelectual (provincianismo do qual também me penitencio), que nem sempre sabe detectar os pontos relevantes duma discussão que ultrapassa nossas fronteiras. Mas se desde o início tacho o livro de metafísico, isto não é brincadeira e espero ser levado a sério. Tão a sério que o livro me parece um exemplo significativo de um perigo que necessariamente espreita todos aqueles que se opõem prática e teoricamente ao capitalismo: ao traçar as regras mais gerais do sistema, suas condições de existência, imaginar que o existente brota dessas regras.

Comenta-se que a genialidade da perspectiva assumida por Kurz reside em tomar o movimento do capital como um todo, de tal modo que: (1) a economia soviética se vê integrada nesse processo geral; (2) com isso o sistema revela seu lado perverso, sua impossibilidade de criar um fluxo de produtos capaz de satisfazer as necessidades mínimas da maioria da população mundial. Nesse nível o argumento não me parece procedente. Não duvido deste último ponto, mas a grande dificuldade é mostrar *como* o sistema capitalista pode ser ultrapassado, quando, assim me parece, deixou de ter sentido a utopia marxista de que a produção de mercadoria poderia ser superada pela abolição completa do trabalho assalariado.

Por certo mostrou-se que não é necessário que todos os fatores de um sistema produtivo assumam a forma de mercadoria, mas na medida em que também se mostrou a indispensabilidade do mercado, ao menos setorialmente confinado, na qualidade de um mecanismo necessário, mas não suficien-

te, para ajustar a oferta e a demanda, deixa de ter viabilidade uma economia centralmente planejada, onde os preços poderiam ser formados por engenheiros de computação. Isto no mínimo a médio prazo. Não se segue daí que capitalismo venha a ser a última etapa da história, mas é difícil imaginar um novo modo de produção que não inclua formas mercantis de distribuição. Em outras palavras, nosso problema crucial não mais se põe em termos de abolir o fetichismo da mercadoria, mas de como controlá-lo.

Para que a economia soviética seja categorizada, em contrapartida, sob o modo de produção de mercadoria, Kurz necessita demonstrar a indissolubilidade do mercado e do Estado. Vejamos como isso se dá. Ele aceita a teoria do valor trabalho, tal como foi formulada por Marx, sublinhando ainda o caráter abstrato desse trabalho produzido para a troca, que se revela então como finalidade em si mesma. Mas ao invés de se ater às questões da *medida* do valor, de como um valor de uso se mede por múltiplos valores de troca, como acredito que deva ser feito, de imediato recorre à ética do trabalho, como critério para discriminar se um sistema produtivo é ou não produtor de mercadoria. Basta-lhe que a atividade produtiva se converta num valor em si para que veja o capitalismo se instalando. Desse ponto de vista, torna-se insignificante a diferença econômica entre o capitalismo e o socialismo real, já que ambos os sistemas são movidos pelo mesmo princípio da exploração do excedente. O problema é que a *maneira* com que isto é feito fica inteiramente posta de lado. O "mercado planejado" do Leste europeu não eliminaria assim as categorias do mercado, a despeito de os preços poderem ser determinados politicamente pelo planejamento central. O socialismo de caserna seria aquele capitalismo que tão-somente implementasse o terrorismo, já proposto por Fichte em seu ensaio sobre o Estado mercantil fechado.

Este Estado se fecharia, segundo o mesmo Fichte, por causa da incumbência de regular a produção de mercadorias, de tal modo que a oferta e a procura estivessem sempre em equilíbrio — "o governo deve fixar e garantir os preços das mercadorias" —, assim como assegurar o pleno emprego. Daí a indissolubilidade radical e categorial entre mercado e Estado, já que um não pode existir sem o outro, condicionando-se mutuamente, "não como complementação idealmente equilibrável de ele-

mentos sociais civilizatórios, mas sim como institucionalização de um antagonismo violento, hostil até o ponto de aniquilar o adversário e provocar catástrofes" (p. 43). Além disso, os trabalhadores passam a ser determinados pela forma mercantil como sujeitos-dinheiro, e todos aqueles que não têm a sorte de viver nos países de alto avanço tecnológico transformam-se em sujeitos-dinheiro-sem dinheiro, condenados a ficar até mesmo de fora da exploração capitalista. De sorte que o conflito básico da modernidade não é aquele que supôs o marxismo ingênuo do movimento operário e da luta de classes (vale dizer, o processo objetivo de exploração da mais-valia), mas sim aquela contradição entre o conteúdo social e a forma não social, inconsciente do próprio trabalho (pp. 43, 44).

Desse ponto de vista, o desenvolvimento capitalista mundial é interpretado como imenso processo de acumulação primitiva. Mercado e dinheiro são expressões duma divisão social do trabalho relativamente pouco desenvolvida; servem de instrumento de socialização enquanto não puderem ser superados por um "sistema global imediato, alimentado por agregados sociais globais como ciências, educação etc." provido pelo próprio desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias. "Nisto consiste a absurda contradição básica da modernidade. A reprodução social vira-se contra seu conteúdo, o dinheiro, que passou a trazer seu fim em si mesmo, contra o mundo sensível e concreto. Somente sobre essa base pode nascer a concorrência como necessidade lógica e princípio impulsor do sistema produtor de mercadorias" (p. 76).

No fundo, Kurz apenas traduz, na linguagem do fetichismo da mercadoria, fatos altamente conhecidos, mas o faz apoiando-se em dados gerais que não apresenta. Retoma a visão panorâmica da economia mundial, aquele ponto já assumido por Immanuel Wallerstein, para explicar as economias de tipo soviético como formações históricas estatísticas, baseadas na produção de mercadorias, onde a concorrência se inviabiliza graças à intervenção estatal. O fluxo comercial entre o Leste e o Oeste só se manteve viável enquanto não se dava a terceira revolução industrial; esta provoca um monopólio da invenção científica de tal modo perverso que os países do Leste e do Terceiro Mundo ficam irremediavelmente excluídos do novo processo de desenvolvimento. Assim sendo, cada vez mais aumenta aquela parte da população mundial que se vê

excluída do sistema de produção de mercadorias, de sorte que se prenuncia no horizonte a catástrofe final.

A despeito do conhecido clima de apocalipse, percebe-se nos argumentos uma subversão da interpretação marxista e, creio eu, marxiana. O que me interessa não é defender qualquer tipo de ortodoxia, creio que o importante hoje é circunscrever aqueles fatos que obrigam a uma revisão do marxismo, que venha avaliar o que ainda vive nesse pensamento. Ora, uma visão geral e panorâmica, ancorada exclusivamente na questão do fetiche da mercadoria, tece uma rede de tal forma grossa para pensar os novos fatos, que por ela acabam por atravessar todos os tubarões da experiência. À nossa vista permanecem apenas os submarinos duma utopia comunista, avessa à crítica científica do caso-a-caso.

É sabido que Marx pretende mostrar que a exploração capitalista só tem sentido se atingir ou superar uma taxa social média, de tal modo que a taxa de lucro seja superior à taxa de juros. Se, na verdade, não há juro sem lucro, este ponto de vista global sobre o sistema não serve de parâmetro para os investidores. Kurz se alça ao nível mais abstrato do fetiche da mercadoria como finalidade em si mesma, e faz da *concorrência* uma "necessidade lógica" da socialização defeituosa dessa mercadoria como forma de apropriação do excedente sem medida. Para que pudesse caracterizar a economia capitalista moderna e a economia soviética como produtoras de mercadoria, precisaria, de um lado, mostrar como se forma um equivalente geral para o sistema como um todo, isto a despeito da enorme clivagem por que passa todo tipo de mercado contemporâneo; de outro, como se formaram valores e mercadorias numa economia de tipo soviético, onde a grande massa de preços foi altamente administrada. Sem se deter nesses pormenores, para ele irrelevantes, Kurz interpreta todo o processo de acumulação capitalista, cujo motor consiste no desenvolvimento *interno* das forças produtivas — vale dizer, da produtividade do trabalho — como se fosse um processo, do lado formal, de *medida* da relação entre trabalho morto e trabalho vivo, como movimento de auto-inflação da mercadoria fetichizada, e, em consequência, do lado do conteúdo, como movimento de sucção do trabalho morto criado fora do sistema e transformado em valor. Obviamente *medida* puramente subjetiva, de sorte

que condena a economia política a lidar com vagas intuições. A acumulação primitiva se converteria, ademais, na mola interna do sistema, quando, como tudo parece indicar, para Marx consiste num fenómeno que ocorre necessariamente nos limites ou nos interstícios do movimento global do capital.

Essa interpretação nebulosa da exploração capitalista resulta na indiferenciação do capitalismo de Wall Street, do regime de caserna soviético e de todas as economias do Terceiro Mundo, que caem, pois, sob a mesma pecha denunciada por uma ética do trabalho. O pecado capital volta a ser o crime da usura, de sorte que o endividamento do Estado converte-se no germe que corrói o capitalismo, ou como diz Kurz, o sistema produtor de mercadorias.

Ora, a mim me parece que Kurz ignora completamente o que *significa* mercado, do ponto de vista clássico, neoclássico ou marxista. Deixemos o ponto de vista neoclássico de lado, já que Kurz não admite a possibilidade de perceber a economia na base de trocas tendo exclusivamente preços como referência. Quando Ricardo ou Marx pensam a mercadoria no cruzamento de duas determinações, o valor de uso e o valor de troca, estão simplesmente querendo dizer que um valor de uso encontra num outro objeto seu valor de troca, mas de tal modo que todos os objetos encontráveis no mercado devam encontrar uma *medida* que os tornem comensuráveis. Essa medida é automática, nasce dum processo reflexionante capaz de criar suas próprias regras, e, por isso, independe inteiramente de regulamentação estatal. Daí ser a exploração capitalista exclusivamente econômica. Se, na verdade, o Estado é contemporâneo ao desenvolvimento do capitalismo, este fator histórico não deve ser confundido com a análise categorial da mercadoria, cujo sentido exclui qualquer mensuração externa. A utopia fichtiana, segundo a qual o Estado controlaria o ajuste da oferta e da demanda, assim como o pleno emprego, consiste numa ficção metafísica que nada tem a ver com uma análise econômica. Eu mesmo tenho insistido, de meu ponto de vista municipal, que é metafísica a confusão entre a análise categorial e a análise histórica, a análise do sentido e das regras e a análise de como os indivíduos seguem a regra. E se a mercadoria como fetiche cria uma ilusão metafísica a servir de parâmetro para o comportamento dos agentes sociais no mercado, não é por isso que o economista ou o filósofo devem acreditar no que dizem os agentes ao

invés de atentar para o que eles fazem. Desse modo, o vínculo histórico e de fato entre mercado e Estado não se coloca no mesmo nível significativo, e confundir, como diria Marx, a história categorial do presente com a história do vir a ser parece-me o núcleo das confusões metafísicas.

O mercado é uma instituição que vem ajustar a oferta e a demanda de produtos criados para a troca. Ele somente logra operar enquanto instituir um parâmetro de comensurabilidade entre os produtos, de tal modo que o ajuste entre a oferta e a demanda se faça exclusivamente por meio dos agentes econômicos. Preços administrados não têm fundamento em valores. Se Kurz pretende aplicar a teoria do valor trabalho à economia de tipo soviético, cabe-lhe antes de tudo nos explicar como são formados os valores capazes de mover essa economia como um todo. A mera expropriação violenta do excedente não cria valor, mesmo quando os trabalhadores sejam movidos por uma férrea ética do trabalho. Não entendo como Kurz deixa de levar em consideração esse ponto elementar da teoria clássica.

O pior é que Kurz, com suas confusões metafísicas, desvia o foco da discussão e deixa na sombra problemas relevantes. Uma coisa é constatar que o capitalismo passa atualmente por uma crise tremenda — aliás, é sabido que esse sistema periodicamente atravessa uma crise; outra, afirmar que a economia do socialismo real entrou em colapso e tentar explicar essa particularidade no nível de sua particularidade. Porque é disso que se trata. Uma economia complexa como a moderna não pode funcionar na base de preços administrados pelo Estado, sem os mecanismos de ajuste realizados pelo mercado. Até que ponto os países socialistas constituíram uma economia de mercado é um problema a ser discutido teoricamente, mas a atual transição também envolve questões práticas. Não creio que tais países possam aplicar integralmente uma política liberal, e tudo parece indicar que se abre um enorme campo para experiências no sentido de combinar mercado com intervenção estatal. Penso que o grande desafio se situa nesse ponto preciso, pois o colapso das economias de tipo soviético nos vem provar ser ilusória a supressão integral da produção de mercadorias. Se até mesmo as economias dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha etc. integram setores em que o mercado deixa de funcionar plenamente — pelo que eu saiba não se compram

submarinos atômicos na feira —, cabe perguntar como todos nós, os deserdados da terra, poderemos articular sistemas econômicos que combinem mercado com intervenção do Estado ou outras formas de instituições públicas a serem inventadas.

Num ponto Kurz se mantém estritamente fiel a Marx, exatamente aquele que me parece ser o mais problemático. Ele é um comunista que pretende liquidar toda e qualquer produção sob forma mercantil. Marx acreditava que isto seria possível numa sociedade de afluência, quando haveria bens suficientes para satisfazer todas as necessidades básicas. Kurz é mais radical: "O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objetivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenômeno *já presente*, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma *errada e negativa*, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um *comunismo das coisas*, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana" (p. 228). Basta uma mudança de forma da produção para que o conteúdo da socialização direta rompa as peias da socialização indireta, e se instaure o reino universal dos fins. Somente Kurz deixa de explicar como os bens serão trocados ou distribuídos, e como esse comunismo das coisas distribuiria bens escassos entre pessoas carentes. Na verdade, estaremos então orientados por novos princípios racionais: "A atualidade exige, no fundo, uma *razão prática*, que

pode ser imanente, isto é, que se limita à superação de determinada situação histórica, porque já não pode estabelecer a pretensão absoluta de uma 'razão universal' burguesa-iluminista, que na verdade não tem substância alguma" (p. 230). Digamos francamente, essa razão prática, atenta ao conteúdo sensível, nada mais é do que o inverso da razão hegeliana, interpretada aos trancos e barrancos. Nesse plano o trabalho já foi feito com muito mais classe por Ludwig Feuerbach.

O leitor deve estar se perguntando por que, no final das contas, me dei ao trabalho de escrever este artigo. Por que me ocupar com um texto tão delirante? Por um motivo muito simples: a esquerda mundial, notadamente a esquerda brasileira, está muito propícia a se agarrar em mitos e retomar aquela atitude religiosa que confunde revolução com a descida do Espírito Santo. E no nosso caso esse perigo ainda é maior quando se constata que Robert Kurz tem sido divulgado e promovido no Brasil por Roberto Schwarz, este velho amigo, um dos intelectuais mais finos dessa geração. Não vejo melhor maneira de homenageá-lo do que atacar, com toda a fúria de que dispõe meu intelecto, aquelas idéias fora do lugar que ele aceita e eu considero profundamente errôneas. Se o conceito pede paciência, também reclama a ira da idéia que o pensa.

José Arthur Giannotti é pesquisador do Cebrap. Já publicou nesta revista "O fim da história ou o fim da picada" (Nº 4).

DE NOVO, O APOCALIPSE. OU DA INUTILIDADE DE(O) SER HUMANO

Francisco de Oliveira

O livro de Robert Kurz, *O colapso da modernização*, faz uma retumbante carreira no Brasil. A estas alturas, já deve estar na quarta reimpressão, o que é um êxito editorial quase sem precedentes para um livro que requer o domínio de linguagens especializadas e, em não poucas passagens, fecha-se num hermetismo quase ininteligível. O sucesso do livro de Kurz pode ser creditado, em primeiro lugar, ao artigo de Roberto Schwarz, que o resenhou para a *Folha de S. Paulo*, em primeira mão,

quando o livro não era conhecido senão na Alemanha (o artigo abre, também, a edição brasileira). E como a escrita de Roberto, neste caso o Schwarz, brilha precisamente por qualidades opostas às de Kurz, isto é, clareza e elegância, há quem diga que seu artigo-resenha é muito melhor que o livro. Ou, indo mais longe, Roberto Schwarz fez, num pequeno artigo-resenha, outro livro, a partir daquele de Kurz.

Mas o sucesso deve-se também a que, apesar da complicação da linguagem e do hermetismo da escrita do autor, as teses do livro são relativamente simplistas, e caem num terreno fértil, adubado pela crise do socialismo e pela falta de perspectivas para uma grande parte da esquerda. Kurz, com seu

catastrofismo, recupera para essa esquerda certezas que a derrocada do socialismo real havia levado de roldão: o capitalismo é iníquo, burro e cego, e seu fim é tão inexorável quanto já é perceptível.

A crítica a Kurz não deve confundir-se com a ausência de crítica contemporânea ao capitalismo. Minhas próprias discordâncias com Kurz, que são enormes, não se situam na questão da crise do capitalismo: um sistema cuja megaempresa, emblemática, arrostou um prejuízo de 80 bilhões de dólares no ano de 1992, anda muito longe da estabilidade acrítica apregoada não apenas pelos arautos neoliberais, como consentida por uma grande parte da *intelligentzia* antigamente severa crítica do capitalismo. Pois é que a GM apresentou tal prejuízo em seu exercício de 1992, um valor que corresponde a uns 20% do PIB brasileiro.



As teses de Kurz são, a rigor, uma síntese das de Marx sobre a inevitabilidade da crise capitalista final. Kurz finge que atualiza a tese clássica, ao incluir na crise final, como elemento confirmador, a própria derrocada do socialismo real. E, para desespero dos já miseráveis habitantes do Terceiro Mundo, Kurz, como um terrível e insensível Deus, anuncia para quem ainda não percebeu que já fomos jogados no limbo: lugar de onde não se vê Deus, isto é, as maravilhas do Primeiro Mundo, e de onde somente se sairá, como na escatologia cristã, no Juízo Final, isto é, na crise que também desmoronará o Primeiro Mundo.

Menos que metáforas, a crise virá, e já está aí, pelo movimento inexoravelmente dialético do capital: buscando sempre sua valorização, concentra, centraliza e nessa marcha aumenta a proporção do capital constante em relação ao capital variável, aumenta a produtividade, mas desemprega, e com isso desborda os limites da lei do valor: a forma mercadoria aprisiona a realização do valor que é a própria razão de ser — sem ontologia — do capital. Sua incoercível busca de valorização, de mais valor, de mais-valia. Rigorosamente clássico.

A industrialização de alguns países do Terceiro Mundo não foi mais do que uma estação nesse percurso implacável, quando a lógica do capital ainda precisava de mão-de-obra barata. Hoje, com a

férrea competição que radicaliza a concentração e a centralização do capital, a mão-de-obra barata passou a ser um estorvo. Não haverá, pois, mais nenhuma chance sobre a Terra para os deserdados do Terceiro Mundo. E Gabriel Garcia Márquez é que faz "realismo fantástico"!

O socialismo real foi apenas uma cópia do capitalismo, sobretudo de sua forma estatista — assim classificada por Kurz —, que impossibilitou ou travou a competição, impedindo a plena realização da lei do valor, com o conseqüente aumento da produtividade. Isto é, em termos marxistas, o socialismo real foi a forma estatista do capitalismo que, como em toda a história do capitalismo, suprime a competição para lograr uma acumulação acelerada. Mas mumificou-se ao impedir que o próprio fetiche realizasse seu trabalho: o da distribuição da mais-valia entre os capitalistas segundo a produtividade do trabalho, o que reforçaria os processos de acumulação de capital. A derrocada do socialismo real é atribuída assim à ausência de competição.

Kurz, profeta do apocalipse, não se dá conta dos vários arranjos a que procede, funcionais para sua tese. As formas monetaristas, isto é, quando há competição, e a forma estatista, quando ela é suprimida, são apresentadas como cíclicas na história do capitalismo, isto é, quase uma lei de seu desenvolvimento; não são formas históricas, mas formas lógicas do capital, apesar de que Kurz afirma taxativamente que "Antes, poderíamos falar de um movimento ondulatório de elementos constituintes antagônicos na história da modernização burguesa, movimento em que constantemente se revezam e penetram elementos estatistas e elementos monetaristas" (p. 43). Mas essa historicização da relação Estado x mercado, negadora de uma "ontologia", é dissolvida pelo autor ao integrar num "continuum" a participação do Estado desde a gênese do capitalismo mercantil (as formas da acumulação primitiva) até a regulação contemporânea do Welfare State. Ora, se não há transformação radical na relação Estado x mercado para um tão longo período, ela é transformada numa espécie de ontologia, precisamente o que Kurz peremptoriamente tentou evitar.

Diferenças de temporalidade histórica — que não são apenas cronológicas, mas se referem ao processo mesmo de formação do centro e das periferias capitalistas — também são anuladas, para que a tese, já anunciada no próprio arcabouço kurziano, se confirme. Como explicar o Japão de

hoje, que no começo do século não rivalizava com nenhuma das grandes potências? Uma predestinação ou, mais recentemente, um resultado da proteção norte-americana, depois da II Guerra Mundial, para evitar sua atração para a órbita socialista? Kurz nem sequer se dá conta de seu esquematismo: a história do capitalismo real é a de uma constante mudança dos centros hegemônicos, e nenhuma predestinação pode ser pensada. Ela é apenas e sempre a tumba de seus pregoeiros: da Espanha e Portugal que ampliaram o mundo, da Holanda e Itália que foram os banqueiros do capitalismo mercantil, da Inglaterra em cujo reino não se punha o sol, transitando para os Estados Unidos, uma ex-colônia, e para os megabloques de hoje, Japão e a chamada área do Pacífico incluídos, a hegemonia na expansão capitalista nesses quinhentos anos, desde o Descobrimento, mudou muito de mãos para permitir e legitimar as predestinações profetizadas. Fazer profecia de predestinação *a posteriori*, eu também faço, mesmo sem ter sobrenome alemão. Prefiro, pois, um clássico, felizmente nosso contemporâneo, da literatura latino-americana: "nada estava escrito, desde sempre e para sempre" (Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*).



Em que consiste o erro essencial ao raciocínio e argumentos de Kurz? Em primeiro e mais elementar lugar, no seu dedutivismo, que é, em tudo e por tudo, visceralmente antimarxista, embora tenha sido praticado a manchetes por marxistas de todos os calibres. Vício que, aliás, freqüenta com assiduidade todos os campos teóricos e doutrinários. Kurz deduz toda a história concreta das categorias marxistas de uma suposta lógica do capital. Ele não as utiliza como uma hermenêutica, uma interpretação do real. Ele as utiliza como se fossem os próprios processos empíricos, os próprios fatos, transparências. A pretensão do marxismo, como é sabido, é de que seus conceitos sejam o próprio movimento do real. Mas isso se dá mediante uma interpretação. Os fatos não são transparentes, pois se o fossem, significaria a absoluta desnecessidade da interpretação.

No que parece ser uma análise do socialismo real, Kurz procede definindo-o como uma forma

estatista do capitalismo aprisionado pela ausência da concorrência, essencial para a aceleração da acumulação capitalista. Ele não utiliza o arsenal marxista para perguntar-se por que o sistema ficou congelado, a partir de suas próprias premissas. Não há uma interpretação da burocracia, por exemplo. Esta é definida apenas como socialismo de caserna. Ora, a partir da definição do socialismo real como uma forma estatista do capitalismo, na qual, por definição, a concorrência entre os capitais é suspensa, o círculo kurziano se completa: *dunque*, na ausência de concorrência, o trabalho do fetiche não se realiza, e *dunque*, não há aumento de produtividade do trabalho. Ferrou-se o socialismo real: pelo processo de sua história? Não, pela sua definição de socialismo de caserna, de modalidade estatista do capitalismo. Os dados e mesmo a contribuição de outros que estudaram a economia do socialismo real, como Alec Nove, por exemplo (*A economia do socialismo possível*), servem apenas como demonstrações. A meu modo de ver, isto, sim, é marxismo de caserna!

Qualquer empresa capitalista contemporânea, e de todos os tempos, procede como as empresas faziam na ex-União Soviética: contabiliza os custos e agrega-lhe um "plus", que é a taxa de remuneração do capital. Ela não sabe, *a priori*, quanto da mais-valia global poderá abocanhar, nem mesmo se a mais-valia diretamente relacionada à sua produção — que é representada pelo "plus" ou o lucro esperado — será realizada. É claro, desde logo, que nenhuma empresa pensa em termos de mais-valia. Esta é uma categoria teórica, e não aparece senão sob as formas transformadas do lucro, do juro e da renda. Ora, formalmente, era também assim que procediam as empresas na ex-União Soviética: aos custos se adicionava um "plus" que, nesse caso, segundo a ideologia, correspondia ao excedente social. Por que o mesmo modelo formal funciona no capitalismo e não funcionou no socialismo real, segundo Kurz? Para ele faltou a concorrência, que não permitiu que o fetiche realizasse seu trabalho de distribuição da mais-valia entre as empresas. Ora, se Kurz seguisse as pistas da crítica de Marx a Proudhon, no caso do dinheiro, ele poderia, por analogia, perguntar-se por que o capital não rompeu, na ex-União Soviética, a camisa de força da ausência da concorrência. Mas ele não faz isto, e resolve o problema simplesmente com o argumento do socialismo de caserna.

Na verdade, o capital não forçou a criação do circuito da concorrência, deixando o trabalho do fetiche realizar-se, porque ali não havia capital, e portanto não havia o próprio fetiche, pelo menos não o fetiche da mercadoria. A compreensão do socialismo real está longe de ser alcançada, mas a redução do partido e das burocracias partidárias e das empresas estatais a capitalistas há muito pode ser descartada como uma explicação convincente. Além de tudo, porque, se assim fosse, a concorrência teria sido estabelecida. Kurz retrucaria que os capitalistas são "personae" do capital, tanto no capitalismo quanto no socialismo de caserna. Mas, contraditoriamente, aquilo que é apontado como os defeitos do socialismo constitui a confirmação de que não se tratava de relação capital-trabalho. Assim, o recurso à administração de preços é menos um exemplo de travamento da concorrência pela burocracia e mais a confirmação da ausência de capital. Pois no capitalismo real, não o de caserna, também há administração de preços. A diferença entre os dois sistemas radicava em que no primeiro o capital é uma propriedade que consome produtivamente a força de trabalho, do que resulta uma relação social, enquanto no segundo o que Kurz acha que era capital na verdade era apenas meios de produção, e a força de trabalho não era uma mercadoria, mas tão-somente força produtiva. Não há prova positiva dessa asserção, exatamente porque o fetiche não se presta a essa demonstração. Mas podemos conseguir a prova pela negativa, isto é, pela própria impossibilidade de cada empresa realizar uma acumulação "sponte sua", pelo fato de que sua própria produtividade não lhe assegurava nenhuma parcela do produto social total. E isto não ocorria pela ausência da competição, mas pela própria impossibilidade dela.



O fracasso do socialismo real talvez não se deva a que tenha sido um socialismo de caserna, um capitalismo estatista. Mas provavelmente a que ele estava na vanguarda do capitalismo, entendido não do ponto de vista do progresso técnico — que ele demonstrou ser capaz de realizar, pois ninguém põe um veículo a caminhar na Lua por força de ideologia —, mas do ponto de vista de que o socialismo real

desbordou os limites da lei do valor ao desfazer a relação entre tempo de trabalho socialmente necessário e tempo de trabalho pago. A dificuldade de um sistema de preços na ex-União Soviética pode ser debitada, parcialmente, àquela dissolução. Mas o travamento real residiu na incompleta constituição de uma sociedade socialista, isto é, na transferência da propriedade estatal para os cidadãos.

Esse é o mesmo problema que já acomete o modo de produção social-democrata, que Kurz tratou apenas como uma fase "estatista" do capitalismo. Os preços, portanto a forma em que se dá a concorrência pela distribuição da mais-valia global, de há muito são incapazes de realizar essa distribuição, e portanto realizar a travessia para o reinvestimento do lucro. Em todas as economias capitalistas desenvolvidas, na verdade em todas as economias do modo de produção social-democrata, os preços são formados, ostensiva ou disfarçadamente, por subsídios estatais, para que o próprio movimento da acumulação se realize, para que a própria realização da mais-valia se complete. As diferenças entre EUA, Comunidade Econômica Européia e Japão e sua área de influência são apenas diferenças de forma: enquanto na economia norte-americana tal formação compósita dos preços, ou sua incapacidade para realizar a distribuição da mais-valia e conduzir o investimento, apresenta-se majoritariamente sob a forma das indústrias ligadas ao complexo industrial-militar (mas mesmo nos EUA o subsídio direto à agricultura é tão ostensivo quanto indispensável), na Comunidade Econômica Européia coexistem formas parecidas com as dos EUA e formas diretas, como o subsídio à agricultura e as poderosas empresas estatais; no Japão, a forma predominante é a do financiamento e coordenação entre os diversos capitais particulares presidida pelo Estado.

Em todo o modo social-democrata de produção, por outro lado, os gastos chamados do Welfare State já realizam parcialmente o descolamento entre tempo de trabalho socialmente necessário e tempo de trabalho pago, desmercantilizando a força de trabalho enquanto mercadoria. A expressão desses processos no modo social-democrata de produção — de uma realização do valor que é travada pela existência ainda parcialmente dominante da propriedade do capital quando a própria formação do valor já desbordou, parcialmente, sua própria lei de valorização (um processo contraditório que nem a própria linguagem conceitual consegue exprimir) — são os contingentes de desempregados, que

nunca ficam abaixo dos 8% da força de trabalho, e alcançam o patamar de 10% nos países mais importantes da CEE. No sistema japonês, eles são parcialmente escondidos por uma poderosa segmentação entre as empresas oligopolistas e as empresas competitivas, que se expressa no mercado de força de trabalho como uma forma de desemprego subsidiado, mantendo aos cuidados de cada empresa o que nas outras economias desenvolvidas é financiado abertamente pelo seguro-desemprego. Sem essa forma, o desemprego japonês provavelmente alcançaria as mesmas taxas e níveis do Ocidente desenvolvido.

Toda vez que no modo social-democrata de produção procura-se uma produção e realização do valor de forma cega, fetichizada, ou o que Kurz chamaria "monetarista", a inflação imediatamente aparece para anular essa vã pretensão. Mas igualmente, toda vez que o processo radicaliza do outro lado, isto é, desbordar a lei do valor sob a forma "estatista", a inflação também mostra sua cara. No fundo das duas coisas radica a contradição entre um sistema em que a produção já é totalmente socializada e a apropriação permanece privada, isto é, tem a forma predominante do lucro. É sob essa ótica que o colapso do socialismo real e uma espécie de crise crônica do modo social-democrata de produção, que Kurz insiste em chamar de capitalismo, expressam a mesma crise, isto é, a transição para além da produção do valor e da mercadoria.

Kurz, insistentemente, faz a crítica feroz sobre o entendimento da teoria do valor-trabalho. Para ele, o que Marx fez foi a crítica dessa teoria, mas os movimentos operários, através dos sindicatos e de seus partidos, social-democratas e comunistas, reificaram a teoria do valor-trabalho, ao invés de seguirem Marx, que formulou a teoria, a partir de Ricardo, para fazer a crítica do capitalismo. Ora, até aí nada de novo: todos os grandes intérpretes de Marx já tinham feito essa leitura. O socialismo de caserna, segundo Kurz, também incorreu no mesmo erro, e por isso deu no que deu. Daí ele transfere o fetiche exclusivamente para a esfera da circulação, ou da concorrência. O que já é transformar Marx num neoclássico.

Pois o que Kurz quer evitar, com sua pretensão de apenas ele ter entendido Marx — a volta das exegeses, que pensávamos terem se encerrado com a leitura althusseriana do *O capital* —, é pensar o capital como uma relação social, o que obrigaria a pensar as classes sociais e a luta de classes, que ele

chama de "sociologismo". Ora, o fetiche somente se perfaz na esfera da circulação, ou da concorrência, o que não é nenhuma novidade; mas isolar o lugar do fetiche na circulação ou concorrência entre os capitais é falsificar completamente a teoria marxista. Qualquer outra interpretação transforma Marx num neoclássico "avant la lettre" e sua obra em neoclássicismo. O fetiche, portanto, já começa a ser produzido na produção, na esfera das relações entre as classes, e se perfaz na esfera da circulação, ou da concorrência, e mais, na esfera da distribuição, pois é ali que a forma aparente do salário é trocada por uma cesta de mercadorias; nos termos de Marx, o produto do trabalho do trabalhador (a cesta de consumo) volta-se contra ele, apresenta-se como algo estranho ao trabalhador. Kurz sabe disso? Provavelmente não, a julgar pela leitura de seu livro.

Sua interpretação de Marx quer evitar, a todo custo, qualquer compromisso com a classe trabalhadora, que diz ter sido reificada pelo marxismo vulgar como sujeito dos processos do capital, quando ela seria apenas um recurso analítico nas mãos de Marx. O compromisso que se pode pedir não tem nada a ver com "estar do lado dos trabalhadores"; qualquer um tem o direito de ser um "deçu" do socialismo e do proletariado. Mas o que Kurz não faz é mostrar como a sociedade do trabalho se desfaz — tese, aliás, nada original, pois antes dele já vieram Offe, Touraine, Gorz e Habermas, para citar apenas alguns. Na verdade, seu catastrofismo pertence à família das interpretações mais vulgares do marxismo, apesar de sua pretensão. Pois não haveria nem necessidade teórica nem prática do fim da sociedade do trabalho se as classes sociais fossem apenas recursos analíticos no marxismo. Isto é, se a luta de classes não fosse "o motor da história". O que muitos tomam apenas como retórica de Marx, em lugar de ver ali o próprio eixo do marxismo, o núcleo do que se poderia, precariamente, chamar de método de Marx: precariamente ou analogicamente, pois a rigor a obra de Marx e o marxismo não se prestam a estruturas de método, já que uma e outro são, antes de mais nada, uma crítica.



Seu anti-humanismo que, não por coincidência, lembra Althusser dispensa, pois, as classes

sociais e a política. O lugar da política na obra de Marx sempre foi problemático, mas o melhor do marxismo posterior, na obra de um Gramsci, por exemplo, foi capaz de estatuir esse lugar, irrefutavelmente. Mas os que recusaram a contribuição gramsciana permaneceram atados a concepções estreitas sobre o Estado — que Kurz reafirma como sendo uma derivação do capital, pasme-se —, do que derivou toda uma longa e perniciosa tradição instrumentalista no marxismo, e da revolução como a única política. E, também não por acaso, o lugar das classes sociais, apesar de tão proclamadas, ou reificadas, como quer Kurz, permaneceu também congelado: elas não são, realmente, classes sociais, mas robôs do capital.

Caso sua concepção teórica ancorasse mesmo no marxismo, sua crítica aos movimentos e partidos operários perderia toda validade, assim como a mesma crítica dirigida ao socialismo de caserna. Pois o fetiche da mercadoria impede, precisamente, que a relação real apareça; em outras palavras, a forma aparente — fetichizada — é o único modo pelo qual o real se dá. Portanto, todo o movimento operário, como qualquer outro, somente pode operar na política através da forma aparente. Que o movimento operário tenha feito política a partir da forma aparente salário não constitui nenhuma prova de que ele tenha reificado o que era apenas uma categoria analítica em Marx. Significa apenas que essa é a única forma de se fazer política: a partir das formas aparentes. A desqualificação de Kurz à política termina por absolver o socialismo real de todos os seus crimes, pois eles derivaram de um erro teórico e da implacável lógica do capital.

Com tal concepção, só resta mesmo o catastrofismo, esse movimento do capital como uma entelquia, que roda no espaço sem atrito, isto é, sem negatividade, sem oposições dialéticas. Por isso, o final do livro de Kurz é um verdadeiro anticlímax: os que pensaram encontrar a revolução restaurada em seu papel de transformação da História deparam

apenas com uma "razão sensível", que ele traduzirá naquilo também já anunciado por muitos: movimentos ecologistas, feministas, homossexuais, das diferenças, das minorias etc. Isto é, Kurz não avança nada.

Kurz não pertence à tradição "pessimista" dentro do marxismo, ao lado de Benjamin, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Neumann, Friedrich Pollock. Nestes, a dialética do esclarecimento (Adorno e Horkheimer) que produz os fenômenos de regressão, dos quais tanto o nazismo quanto o stalinismo são exemplares, pode ser vencida por uma reflexão crítica dos homens. A regressão é a recusa, o medo do cumprimento das promessas radicais da liberdade e da igualdade. O pessimismo frankfurtiano pertence, com todo o direito, à tradição racionalista. O pensamento kurziano é da esfera do irracionalismo. Nada adiantará, nenhuma ação humana poderá deter a catástrofe: o apelo a uma "razão sensível" é apenas um disfarce do irracionalismo de Kurz. No fim de contas, não é difícil perceber em Kurz racismo e preconceito eurocêntricos (no que ele copia Marx no que este tem de pior: Bolívar era um "Napoleão de cuecas", um crioulo pretensioso, e Toussaint-Louverture, o negro que liderou a revolução da independência do Haiti, um lixo da História), desprezo pelos vencidos, e a ótica dos vencedores. Pois se a vasta periferia do capitalismo e o socialismo de caserna já foram condenados, na escatologia kurziana o "day after" da catástrofe preservará a hierarquia das iniquidades: somente os habitantes do Primeiro Mundo serão capazes dessa "razão sensível", dado que terão os recursos criados pelo capitalismo mais desenvolvido, para além do valor. Ou essa "razão sensível" emergirá em todos os rincões do mundo? Ou Kurz dá essa resposta ou teremos todos o direito de enxergar na sua obra o irracionalismo mais idealista dos últimos tempos.

Francisco de Oliveira é presidente do Cebrap. Já publicou nesta revista "O surgimento do antivalor" (Nº 22).